

No. 40048

Multilateral

Agreement on the issuance of temporary visas for medical treatment to citizens of the Community of Portuguese-Speaking Countries. Brasília, 30 July 2002

Entry into force: *1 October 2003, in accordance with article 9 (see following page)*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Community of Portuguese-Speaking Countries, 1 March 2004*

Multilatéral

Accord relatif à l'autorisation de visa temporaire pour des soins médicaux aux citoyens de la Communauté des pays de langue portugaise. Brasília, 30 juillet 2002

Entrée en vigueur : *1er octobre 2003, conformément à l'article 9 (voir la page suivante)*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Communauté des pays de langue portugaise, 1er mars 2004*

Participant	Ratification
Angola	11 Jul 2003
Portugal	8 Aug 2003
Sao Tome and Principe	25 Sep 2003

Participant	Ratification
Angola	11 juil 2003
Portugal	8 août 2003
Sao Tomé-et-Principe	25 sept 2003

ACORDO

SOBRE CONCESSÃO DE VISTO TEMPORÁRIO PARA TRATAMENTO MÉDICO A CIDADÃOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os povos que têm em comum a língua portuguesa, pedra basilar da sua identidade, e nesse sentido promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Estados Membros, no espaço da CPLP;

Considerando o interesse comum em prosseguir uma política de cooperação no sentido de reforçar cada vez mais os laços especiais de Amizade que unem os Povos e Governos da CPLP;

Tendo em consideração o disposto nas Resoluções de Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

Considerando ainda o disposto nos Comunicados Finais do V e VI Conselho de Ministros realizados, respectivamente em Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam o seguinte:

Artigo 1º

Os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa outorgarão reciprocamente aos seus cidadãos visto temporário, de múltiplas entradas, para tratamento médico.

Artigo 2º

O visto de que trata o presente Acordo terá validade até dois anos, a critério da autoridade consular, e passível de prorrogação, por um período mínimo de um ano.

Artigo 3º

Para a concessão do visto, além dos documentos necessários para a instrução do pedido, serão exigidos:

1. Indicação médica para o tratamento;
2. Comprovação de que o requerente atende a um dos seguintes requisitos:
 - a) capacidade para custear o tratamento e meios de subsistência suficientes para a sua manutenção durante o período de duração do tratamento;
 - b) seguro de saúde válido no território nacional, que ofereça cobertura para o atendimento específico;
 - c) certificado de prestação de serviço de saúde previsto em acordo internacional;
 - d) outro meio de ressarcimento, quando o tratamento for efectuado pelo sistema de saúde nacional.
3. Os documentos acima referidos deverão ser autenticados.

Artigo 4º

1. Quando o cidadão de um Estado Membro da CPLP se encontre legalmente no território de outro Estado Membro e o seu estado de saúde não recomende a sua remoção ou deslocamento, o visto poderá ser concedido com base no presente Acordo.
2. Tratando-se de situações provocadas por agravos ou traumas ocorridos após a entrada do cidadão em território de um Estado Membro da CPLP e que acarretem a total impossibilidade de remoção para outro país, seja por

implicarem risco iminente à vida e à integridade física do paciente, seja por representarem ameaça à saúde pública, os documentos previstos no artigo 3º deste Acordo serão submetidos por relatório médico que permita avaliar a condição de saúde ou o impedimento de deslocamento, bem como por documento que prove encontrar-se o paciente sob responsabilidade médica.

3. O pedido de visto temporário previsto neste artigo poderá ser formalizado pelo cônjuge, filho maior, representante legal ou procurador do cidadãos de um Estado Membro da CPLP.

Artigo 5º

Os Estados Membros adoptarão, no mais breve prazo possível, as providências internas necessárias à plena vigência do presente Acordo, devendo comunicá-las ao Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 6º

1. Cada Estado Membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou obrigações internacionais, dando do facto imediato conhecimento aos demais Estados Membros.
2. A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo.

Artigo 7º

1. Qualquer Estado Membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo que, por sua vez, comunicará de imediato aos demais Estados Membros.
2. A denúncia produzirá efeito 60 dias após a data da recepção da notificação.

Artigo 8º

As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados Membros.

Artigo 9º

1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados Membros da CPLP tenham depositado na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.
2. Para cada um dos Estados Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.

Artigo 10º

O texto original do presente Acordo será depositado na sede da CPLP, junto do Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo aos Estados Membros.

Feito e assinado em Brasília, a 30 de Julho de 2002

Pela República de Angola

.....

Pela República Federativa do Brasil

.....

Pela República de Cabo Verde

.....

Pela República da Guiné-Bissau

.....

Pela República de Moçambique

.....

Pela República Portuguesa

.....

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

.....

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON THE ISSUANCE OF TEMPORARY VISAS FOR MEDICAL TREATMENT TO CITIZENS OF THE COMMUNITY OF PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES

Considering that one objective of the Community of Portuguese Speaking Countries, hereinafter referred to as CPLP, is to help strengthen the bonds of sympathy and the solidarity and brotherhood between the peoples who share the Portuguese language as the cornerstone of their identity and, to that end, to promote measures that will facilitate the movement of citizens of its member States within CPLP;

Considering the common interest in pursuing a policy of cooperation aimed at further strengthening the special bonds of friendship that unite the peoples and governments of CPLP;

Taking into account the provisions of the Maputo and São Tomé resolutions on citizenship and the movement of persons within CPLP; and

Considering also the provisions of the final communiqués of the fourth and sixth meetings of the Council of Ministers, held in Maputo and São Tomé, respectively, with regard to citizenship and the movement of persons within CPLP;

The Republic of Angola, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Cape Verde, the Republic of Guinea-Bissau, the Republic of Mozambique, the Portuguese Republic and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe have agreed as follows:

Article 1

CPLP member States shall issue temporary multiple-entry visas for medical treatment to each other's citizens.

Article 2

The visas envisaged in this Agreement shall be valid for two years, at the discretion of the consular authority, and shall be renewable for periods of at least one year.

Article 3

For the issuance of visas, in addition to the documents necessary for the processing of applications, the following shall be required:

1. A medical recommendation for the treatment;
2. Evidence that the applicant meets one of the following requirements:
 - (a) Ability to pay for the treatment and resources adequate for his or her maintenance during the period of treatment;
 - (b) Valid national health insurance with coverage for the specific treatment [to be provided];

- (c) A provision of health care certificate envisaged in an international agreement; or
 - (d) Another means of reimbursement if the treatment is provided under the national health service.
3. The aforementioned documents must be authenticated.

Article 4

1. If a citizen of a CPLP member State is legally present in the territory of another member State and his or her state of health makes removal or transfer inadvisable, a visa may be issued on the basis of this Agreement.
2. In the event of a situation caused by an assault or trauma which occurred after a citizen's entry into the territory of a CPLP member State and which makes removal to another country absolutely impossible because it would constitute either an imminent threat to the patient's life or physical well-being or a public health risk, the documents mentioned in article 3 of this Agreement shall be submitted as the basis for a medical report to be used in evaluating the patient's state of health or the obstacle to his or her transfer and for a document proving that the patient is under medical care.
3. Applications for the temporary visas envisaged in this article may be officially submitted by the spouse, oldest child, legal representative or proxy of citizens of a CPLP member State.

Article 5

Member States shall adopt the necessary domestic measures to bring this Agreement fully into force as soon as possible and shall so inform the Executive Secretariat of CPLP.

Article 6

1. Each member State reserves the right to suspend the implementation of this Agreement temporarily for reasons of public order, national security, public health or international obligations. In that event, it shall notify the other member States immediately.
2. The suspension referred to in the preceding paragraph shall take effect as from the date of receipt of the notification by the Executive Secretariat.

Article 7

1. Any member State may terminate this Agreement by notifying the Executive Secretariat, which, in turn, shall inform the other member States immediately.
2. Such termination shall take effect 60 days from the date of receipt of the notification.

Article 8

Any questions arising from the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by consensus of the member States.

Article 9

1. This Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date on which three member States of CPLP deposit their respective instruments of ratification or equivalent documents of accession to the Agreement with the Executive Secretariat.

2. For each member State which subsequently deposits its instrument of ratification or an equivalent document of accession to the Agreement with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, the Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date of deposit.

Article 10

The original text of this Agreement shall be deposited with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, which shall send certified copies of it to the member States.

Done and signed at Brasilia on 30 July 2002.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE]

For the Federative Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE]

For the Democratic Republic of Sao Tomé and Príncipe:

[ILLEGIBLE]

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD RELATIF À L'AUTORISATION DE VISA TEMPORAIRE POUR DES SOINS MÉDICAUX AUX CITOYENS DE LA COMMUNAUTÉ DES PAYS DE LANGUE PORTUGAISE

Considérant que l'un des objectifs de la Communauté des pays de langue portugaise, ci-après dénommée CPLP, consiste à renforcer les liens de sympathie, ainsi que la solidarité et la fraternité entre les peuples qui partagent la langue portugaise, clef de voûte de leur identité et, à cette fin, à favoriser les mesures facilitant le mouvement des citoyens de ses Etats membres dans les limites de la CPLP ;

Considérant l'intérêt commun qu'ils ont de mener une politique de coopération visant à renforcer plus encore les liens spéciaux d'amitié qui unissent les peuples et les Gouvernements de la CPLP ;

Prenant en considération les dispositions des résolutions de Maputo et de São Tomé en matière de citoyenneté et de mouvement des personnes dans le périmètre de la CPLP ; et

Considérant également les dispositions des communiqués finals de la quatrième et de la sixième réunions du Conseil des ministres, respectivement tenues à Maputo et à São Tomé, en ce qui concerne la citoyenneté et le mouvement des personnes au sein de la CPLP ;

La République d'Angola, la République fédérative du Brésil, la République du Cap Vert, la République de Guinée-Bissau, la République de Mozambique, la République portugaise et la République démocratique de São Tomé et Principe sont convenues de ce qui suit :

Article premier

Les Etats membres de la CPLP accordent des visas temporaires valides pour plusieurs entrées aux ressortissants les uns des autres, ce à des fins de traitement médical.

Article 2

A la discrétion de l'autorité consulaire, les visas objets du présent Accord sont valides pour deux ans, et sont renouvelables pour des périodes d'au moins un an.

Article 3

Aux fins de l'octroi des visas, hormis les documents nécessaires au traitement des demandes, les éléments suivants sont exigés :

1. Une recommandation médicale concernant le traitement ;
2. La preuve que le demandeur répond aux critères suivants :

(a) Faculté de payer le traitement et ressources adéquates pour son entretien pendant la durée du traitement ;

- (b) Une assurance sociale nationale couvrant le traitement en cause [à fournir] ;
 - (c) Une disposition concernant le certificat de maladie envisagée dans un accord international ; ou
 - (d) Un autre moyen de remboursement si le traitement est effectué sous couverture de la sécurité sociale.
3. Les documents susvisés doivent impérativement être authentifiés.

Article 4

1. Si un ressortissant d'un Etat membre de la CPLP est légalement présent sur le territoire d'un autre Etat membre et que son état de santé est tel que son transport ou son transfert est déconseillé, un visa peut être accordé en vertu du présent Accord.

2. Dans l'éventualité d'une situation provoquée par une agression ou un traumatisme survenu après l'entrée d'un citoyen sur le territoire d'un Etat membre de la CPLP, rendant le transfert dans un autre pays absolument impossible car il constituerait une menace imminente pour la vie du patient ou pour sa santé physique ou un risque pour la santé publique, les documents visés à l'article 3 du présent Accord sont soumis à titre de base d'un compte rendu médical devant servir à juger de l'état de santé du patient ou de l'obstacle à son transfert ainsi que de documents prouvant que le patient est en traitement médical.

3. Les demandes de visas temporaires objets du présent article peuvent être officiellement soumises par le conjoint, l'aîné des enfants, le représentant légal ou le mandataire d'un ressortissant d'un Etat membre de la CPLP.

Article 5

Les Etats membres adoptent les mesures internes qui s'imposent pour que le présent Accord entre pleinement en vigueur le plus rapidement possible ; ils en informent le Secrétariat exécutif de la CPLP.

Article 6

1. Chaque Etat membre se réserve le droit de suspendre temporairement l'application du présent Accord pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale, de santé publique ou d'obligations internationales. Dans cette éventualité, il en notifie immédiatement les autres Etats membres.

2. La suspension visée au paragraphe précédent prend effet à la date de la réception de la notification au Secrétariat exécutif.

Article 7

1. Tout Etat membre peut dénoncer le présent Accord en en notifiant le Secrétariat exécutif, lequel, à son tour, en informe immédiatement les autres Etats membres.

2. Cette dénonciation prend effet 60 jours à compter de la date de la réception de la notification.

Article 8

Tout problème touchant à l'interprétation ou à la mise en oeuvre du présent Accord est réglé par consensus entre les Etats membres.

Article 9

1. Le présent Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date à laquelle trois Etats membres de la CPLP déposent auprès du Secrétariat exécutif leurs instruments respectifs de ratification de ou de leurs documents équivalents d'adhésion à l'Accord.

2. Dans le cas de chacun des Etats membres déposant ultérieurement son instrument de ratification de ou un document équivalent d'adhésion à l'Accord auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, l'Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date du dépôt.

Article 10

L'original du texte du présent Accord sera déposé auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, qui en enverra des copies certifiées aux Etats membres.

Fait et signé à Brasilia, le 30 juillet 2002.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE]

Pour la République fédérative du Brésil :

[ILLISIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Mozambique :

[ILLISIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Príncipe :

[ILLISIBLE]